

HABEAS CORPUS Nº 468.303 - SP (2018/0232948-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : ADEMIR FERREIRA
ADVOGADO : ADEMIR FERREIRA - SP150593
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEX BRUNO FELIPPIM TANAUE (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **ALEX BRUNO FELIPPIM TANAUE**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O paciente, denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, teve a prisão preventiva decretada.

Neste *writ*, o impetrante sustenta que é "evidente o constrangimento ilegal sofrido pelo paciente, vez que primário, com endereço fixo e exercendo atividade lícita, é totalmente injustificável a prisão preventiva exagerada, sem motivação, sem necessidade, e mais grave ainda, por tempo exagerado, sem garantir ao paciente o mínimo de dignidade e respeito aos seus direitos constitucionais" (e-STJ, fls. 6-7).

Pleiteia o relaxamento ou a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente ou a substituição dela por medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento ou pela denegação da ordem.

É o relatório.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Havendo prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

No caso dos autos, a custódia cautelar foi decretada nos seguintes termos:

"Trata-se de inquérito policial instaurado inicialmente para apuração de tráfico de drogas, que se iniciou com a prisão em flagrante de DAIANA RICCI SAMPAIO e LUANA LUIZA TOMÉ e posteriormente foi convertida em prisão preventiva.

No decorrer das diligências, mediante ordem judicial, foi realizado exame pericial em aparelho celular apreendido e, a partir daí, apurou-se possível associação de JOSÉ WILLIAN DIAS, BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS, ROSICLEIDE MARIA DA FONSECA, LEANDRO DA SILVA SERAFIM, JOSÉ RICARDO DOS SANTOS, ALEX BRUNO FELIPPIM TANAUE, VALMIR SILVÉRIO, RAFAELA PRADO PAULINO, RITA DE CÁSSIA

PUELKER e AGNOMAR CORREIA DE SOUZA para cometimento dos delitos.

Destarte, a Autoridade Policial representou pela prisão preventiva dos acusados acima citados, bem como requereu autorização para incineração da droga apreendida.

[...]

Verifico que os motivos das prisões preventivas também se encontram presentes.

A prova da materialidade e os indícios de autorias estão consubstanciados nos documentos e relatos constantes dos autos, notadamente, no caso dos representados, pela prova pericial.

Diante da gravidade do crime (tráfico e associação ao tráfico de drogas), necessária a segregação para garantia da ordem pública, aplicação da lei penal e credibilidade da justiça fundamento da prisão preventiva (art. 312, CPP). Ademais, as condições de admissibilidade/requisitos da prisão preventiva também se fazem presentes, pois ao crime em tela é cominada pena máxima superior a 04 anos (art. 313, CPP).

Ainda, trata-se crime equiparado a hediondo, praticados no interior de estabelecimento penal.

Diante do que salientado acima, insustentável a aplicação de qualquer medida cautelar, ante a inadequação.

Da mesma forma, incabível fiança (artigo 324, IV, do CPP).

Assim, decreto a PRISÃO PREVENTIVA dos denunciados JOSÉ WILLIAN DIAS, BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS, ROSICLEIDE MARIA DA FONSECA, LEANDRO DA SILVA SERAFIM, JOSÉ RICARDO DOS SANTOS, ALEX BRUNO FELIPPIM TANAUE, VALMIR SILVÉRIO e RAFAELA PRADO PAULINO." (e-STJ fls. 11-13).

Extraí-se, ainda, do acórdão impugnado:

"Vale relembrar que foi instaurado inquérito policial para a apuração de tráfico de drogas, inclusive em estabelecimentos prisionais, praticado pelas corréis Daiana Ricci Sampaio e Luana Luiza Tomé, as quais acabaram presas em flagrante em 12.05.2017, após cumprimento de mandado de buscas em suas residências (fls. 02/03 autos digitais), por terem em depósito mais de duzentos gramas de pasta base de cocaína e seiscentos e trinta e nove gramas de maconha, além de diversos petrechos para preparação, separação e embalagem de forma individual, sendo certo que tal prisão foi convertida em preventiva na mesma data (fls. 42/43 autos digitais).

Consequentemente, no decorrer das investigações, inclusive por perícias nos aparelhos celulares apreendidos e demais diligências, verificou-se a participação de Alex Bruno Felippim Tanaue e dos demais corréis José Willian Dias, Bruno Henrique dos Santos, Rosicleide Maria da Fonseca, Leandro da Silva Serafim, José Ricardo dos Santos, Valmir Silvério, Rafaela Prado Paulino, Rita de Cássia Puelker e Agnomar Correia de Souza, pois, de qualquer modo,

concorreram para que aquelas duas primeiras, transportassem e tivessem em depósito, a elevada quantidade e diversidade de drogas descritas na inicial acusatória, bem como a conduta de todos revelou

que se encontravam associados para o cometimento desses crimes, além de, também, haver indícios de que todos integravam, pessoalmente, a mesma facção criminosa, no caso a denominada "primeiro comando da capital PCC", estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas com o objetivo de obterem, diretamente, vantagem patrimonial, mediante prática de delitos.

No presente caso, descobriu-se que Alex fornecia drogas à Daiana para que esta levasse os entorpecentes para o seu amasio (Jose Willian), recluso no estabelecimento prisional." (e-STJ, fls. 20-21)

Como se vê, a prisão preventiva do paciente ocorreu devido à instauração de inquérito policial para apuração de tráfico de drogas, inclusive em estabelecimentos prisionais. No decorrer das investigações, teria ficado demonstrada a participação do paciente na organização criminosa denominada Primeiro Comando da Capital - PCC -, e que ele fornecia drogas para serem levadas para dentro de estabelecimentos prisionais.

Assim, verifica-se que o decreto preventivo está suficientemente fundamentado na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta das condutas delituosas.

Saliente-se que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que "a custódia cautelar visando a garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa. Precedentes: HC 110.902, PRIMEIRA TURMA, de que fui Relator, DJe de 03.05.13; HC 118.228, SEGUNDA TURMA, Relator o Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, DJ de 19.11.13; HC117.746, PRIMEIRA TURMA, de que fui Relator, DJ de 21.10.13; RHC 116.946, PRIMEIRA TURMA, Relator o Ministro DIAS TOFFOLI, DJ de 04.10.13" (RHC 122.182, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA).

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIA NÃO ANALISADA NO TRIBUNAL A *QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE SER USUÁRIO. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ELEITA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

[...]

III - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

IV - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora recorrente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerado que seria integrante de "uma sólida associação criminosa voltada ao tráfico de drogas na cidade de Pouso Alegre/MG, com ramificações em outras cidades do

Sul de Minas Gerais". Tal circunstância, a meu ver, indica reprovabilidade da conduta, em tese, praticada e justifica a indispensabilidade da imposição da medida extrema.

V - 'A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel^a. Min^a. Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009).

VI - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, o que ocorre na hipótese.

Recurso ordinário Desprovido." (RHC 95.938/MG, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 11/4/2018.)

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. REVISÃO DE REGIME PRISIONAL E APLICAÇÃO DE DETRAÇÃO PENAL. APELAÇÃO PENDENTE DE JULGAMENTO. MANIFESTAÇÃO PREMATURA. NÃO CONHECIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DE APELO CRIMINAL. NÃO IDENTIFICADO. HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADO.

[...]

2. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada em associação criminosa, com diversos integrantes, posições definidas, ligação com organização criminosa denominada PCC, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.

[...]

4. Habeas corpus conhecido em parte e, nessa extensão, denegado." (HC 389.003/SP, rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 24/5/2017.)

Quanto ao aventado excesso de prazo, melhor sorte não assiste ao paciente, eis que se trata de processo com vários réus, envolvendo diversos fatos criminosos, em tese praticados por numerosa organização criminosa, o que justifica maior demora na instrução, dada a complexidade do caso, não havendo, assim, falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

Por oportuno, veja-se este precedente:

"HABEAS CORPUS. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESVIRTUAMENTO. ROUBO MAJORADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO ESTADO-JUIZ. FUNDAMENTOS

DA PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS EM TESE COMETIDOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

[...]

2. É entendimento consolidado nos tribunais que os prazos indicados na legislação processual penal para a conclusão dos atos processuais não são peremptórios, de maneira que eventual demora no oferecimento da denúncia ou no término da instrução criminal deve ser aferida dentro dos critérios da razoabilidade, levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto.

3. Não há excesso de prazo para a formação da culpa, quando não verificada desídia do Estado. Na hipótese, justificada a longa instrução em razão da complexidade do caso, da pluralidade de réus (três) e da dificuldade da citação de um deles, circunstâncias essas que, naturalmente, acarretam uma maior demora no término da instrução criminal.

[...]

5. Habeas corpus não conhecido."

(HC 280935 / SE HABEAS CORPUS 2013/0361398-5, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Julgamento: 25/03/2014.)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator